

O FENÔMENO DA GLOBALIZAÇÃO E O SEU PARADOXO: INCLUSÃO ECONÔMICA E EXCLUSÃO SOCIAL NO CENÁRIO MUNDIAL¹

THE PHENOMENON OF GLOBALIZATION AND ITS PARADOX: ECONOMIC INCLUSION AND SOCIAL EXCLUSION IN THE WORLD SCENARIO

Marcia Cristina Puydinger De Fazio²

RESUMO

O fenômeno da globalização econômica em sua fase atual, associado ao modelo neoliberal e estruturado por meio das redes tecnológicas, vem produzindo efeitos contraditórios. A organização em escala global da produção, do comércio e do consumo gera, de um lado, avanços materiais e inclusão econômica, e de outro, pobreza e exclusão social. Trata-se, porém, de um novo tipo de pobreza e de uma nova forma de exclusão, ambas generalizadas e globalizantes. O presente ensaio tem por objetivo desenvolver essa temática, tecendo considerações que podem contribuir ao aprofundamento dos estudos voltados à globalização e seus aspectos.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização – Inclusão econômica – Exclusão social

ABSTRACT

The phenomenon of economic globalization in its current phase, associated to the neoliberal model and structured by technological networks, has been producing contradictory effects. The global scale organization of production, trade and consumption generates, on one side, material progress and economic inclusion, on the other side, poverty and social exclusion. Furthermore, this is a new kind of poverty and exclusion, both generalizing and globalizing. The present article aims at developing this subject taking considerations into account which may contribute to deepen the studies concerned with globalization and its aspects.

KEYWORDS: Globalization – Economic inclusion – Social exclusion

¹ Artigo recebido em 30 de abril de 2011 e aceito em 05 de maio de 2011.

² Mestre e doutoranda em Direito, na área de concentração Relações Internacionais, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: marciadefazio@ig.com.br/marciafazio@hotmail.com.

SUMÁRIO: Introdução. 1. Relações globais e inclusão econômica. 1.1 relações de produção e comércio globais. 1.2 a inclusão econômica de países e regiões. 2 relações globais e exclusão social. 2.1 flexibilização no âmbito do trabalho e desemprego estrutural. 2.2 desenvolvimento material e pobreza global. Considerações finais. Referências.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo abordar o tema da globalização, enfocando um de seus paradoxos: a inclusão econômica e a exclusão social como as duas faces do mesmo fenômeno.

Para tanto, deve-se salientar que noções consideradas fundamentais acerca do fenômeno da globalização funcionam como ponto de partida para o desenvolvimento do estudo e, embora elas não estejam expressas, orientam e servem como sustentáculo às idéias trabalhadas. Assim sendo, nesta oportunidade, convém discorrer brevemente sobre as mesmas, a fim de proporcionar alguns esclarecimentos ao leitor.

A primeira noção fundamental que se leva em conta diz respeito à associação do fenômeno da globalização com o modelo neoliberal de organização da economia e da sociedade, o qual preconiza essencialmente o mercado. Embora o conjunto ideológico neoliberal não lhe seja intrínseco, ou seja, o processo de globalização poderia ter sido conduzido a partir de outras imagens do mundo e orientado para outras direções que não a dos mercados autônomos, a realidade é que estes elevaram-se a uma posição de grande controle.

Em síntese, para os neoliberais, cabe às forças do mercado organizar a sociedade e resolver problemas de produção e distribuição de recursos. Isso explica, contudo, em grande medida, o paradoxo ora tratado, pois o mercado não é capaz de funcionar como alocador justo, racional e democrático de bens e serviços, mas produz a seleção dos mais aptos no jogo da concorrência. Dessa forma, o modelo atual de globalização denota um fenômeno que se manifesta de modo desigual sobre as diversas partes do mundo, conformando um processo dialético de unificação e fragmentação.

A segunda noção fundamental a que se faz referência está ligada à percepção das redes tecnológicas como estrutura sobre a qual assenta o fenômeno da globalização.

Nestes termos, considera-se que a revolução tecnológica informacional, a partir da dinâmica das redes, forneceu o suporte necessário à reestruturação do capitalismo, e permitiu às forças produtivas, ao comércio e ao consumo romperem fronteiras e se reorganizarem globalmente.

É importante, então, ter presente durante a leitura esses dois elementos – neoliberalismo e tecnologia –, pois norteiam a manifestação atual do fenômeno da globalização.

Ademais, convém registrar que o processo de globalização se desenvolve no seio de uma ordem internacional desigual. Logo, não é ele, por si só, responsável pelas formas de desigualdade e exclusão que se perpetuam nas sociedades e que serão aqui abordadas, mas é sim responsável por acirrar muitos dos problemas sociais já existentes e por criar novas formas de exclusão.

Feitas essas explicações, cabe explicitar que o tema é tratado, no presente artigo, com base em dois tópicos: no primeiro, aborda-se sobre o aspecto de inclusão econômica, salientando a organização em âmbito global da produção e do comércio, e a conseqüente inclusão de países e regiões em suas redes, e no segundo, sobre o aspecto de exclusão social, destacando as condições vigentes no mundo do trabalho e o estado de pobreza global. Conforme será possível verificar, ambos os tópicos desenvolvem temas intimamente relacionados, dado que no contexto da globalização a exclusão social se difunde como resultado inevitável da inclusão econômica.

1. RELAÇÕES GLOBAIS E INCLUSÃO ECONÔMICA

1.1 RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO GLOBAIS

A produção estruturada globalmente tem como regra primeira a descentralização. Atualmente, o que se pode chamar de um tipo de rede produtiva de alcance global organiza a produção, a qual conta com amplo número de participantes, localizados em lugares distintos e conectados por fluxos instantâneos de comunicação e informação. Nesse sentido, pode-se dizer que a “globalização na esfera produtiva corresponde ao fenômeno da produção mundial de um bem para o qual muitas economias nacionais contribuíram com diferentes aportes de insumos.”³

³ SANTOS, Ângela Moulin Penalva. Globalização econômica e financeira na América Latina: a inserção das economias latino-americanas na nova ordem econômica. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

No que diz respeito ao comércio, em que pese sua dimensão internacional não constitua realidade recente, jamais esteve, como se observa atualmente, propriamente organizado em escala global com capacidade para percorrer todas as áreas do planeta. E para tanto, pode-se citar a contribuição de vários fatores, dentre eles, as inovações tecnológicas, a revolução da informação, o progresso técnico e o baixo custo da comunicação e dos transportes que, juntos, resultaram em singular mobilidade de bens e serviços direcionados a mercados globais de todos os continentes.⁴

Além disso, a adoção de políticas governamentais deliberadamente orientadas ao afastamento de barreiras ao comércio se apresenta como fator de grande relevância, que também contribuiu para a sua organização em escala global. Nesse contexto, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1994, representa o surgimento de importante marco regulatório. Destinada a implementar e administrar um sistema multilateral fundamentado em regras claras que prescrevem a substancial redução das tarifas e de outras barreiras, assim como a eliminação dos tratamentos discriminatórios, a OMC constitui-se como o principal instrumento de liberalização do comércio global.⁵

Essas redes de produção e comércio constituem mercados consumidores também globais. Em verdade, garantir sempre novos e mais amplos mercados faz parte do jogo da concorrência acirrada imperante nos dias atuais. Naturalmente, isso não significa o desaparecimento da produção para o âmbito doméstico, e tampouco das relações comerciais estabelecidas no espaço estritamente nacional, até porque não são todas as empresas que atuam mundialmente. Todavia, não se pode esquivar da tendência de que “a meta estratégica das empresas, grandes e pequenas, é comercializar onde for possível em todo o mundo, tanto diretamente como através de suas conexões com redes que operam no mercado mundial.”⁶ Assim, a propensão é de que a produção e o comércio

(FUNAG). *Seminário Internacional globalização na América Latina: integração solidária*. Brasília, 1997. p. 61.

⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações comerciais globais e o império dos mercados mundiais. In: DAL RI JÚNIOR. Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Direito Internacional Econômico em expansão: desafios e dilemas*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003. p. 930.

⁵ WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *Marrakesh Agreement Establishing the World Trade Organization*. Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

⁶ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 156.

nacionais estejam sob influência da competência global, gerando um relacionamento estreito entre comércio global e desenvolvimento econômico interno.⁷

Nesse cenário, empresas e redes de empresas são as verdadeiras unidades de produção e comércio, sendo que as transnacionais exercem um papel preponderante: são as grandes vencedoras no jogo da concorrência e efetivamente concretizam a meta estratégica de comercializar em todo o mundo.⁸ Em razão disso, é pertinente enfocá-las brevemente.

Após a Segunda Guerra Mundial essas empresas passaram a exercer um papel de destaque no cenário internacional. Durante os 25 anos seguintes elas proliferaram em número jamais visto, cresceram em dimensões anteriormente desconhecidas e passaram a desempenhar funções que não haviam desempenhado no passado. Referida ampliação quantitativa e qualitativa, aliada ao contexto político, econômico e tecnológico, permitiu-lhes operarem em escala verdadeiramente global.⁹

Empresas transnacionais compõem o núcleo da rede produtiva global. Dominando as tecnologias estratégicas e as marcas, ocupam o centro de uma constelação de empresas grandes, médias e pequenas que participam da realização do produto final.¹⁰ Além disso, a partir de redes que organizam a própria estrutura empresarial em unidades industriais distintas, elas se movimentam pelo mundo de modo peculiar: estendem-se para além das fronteiras dos Estados nacionais em que mantêm sua sede ou matriz, instalando unidades de produção em diversos territórios. “Estamos presentes em mais de 190 países do mundo, constata orgulhoso Heinrich Von Pierer, diretor presidente da Siemens.”¹¹

Como conquistar novos mercados consumidores e garantir o lucro são imperativos norteadores de suas atividades, a divisão e instalação dos meios de produção obedecem à lógica do mínimo custo, à procura das áreas do globo nas quais as denominadas vantagens comparativas são maiores. Quer dizer, onde os custos da produção são considerados mais vantajosos, pela combinação de alguns fatores como: infraestrutura, incentivos fiscais, relações de trabalho flexibilizadas, matérias-primas e mão-de-obra

⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. Op. cit., p. 930-931.

⁸ CASTELLS, Manuel. Op. cit., p. 156.

⁹ Ver mais em: OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações Internacionais: estudos de introdução*. Curitiba: Juruá, 2001. p. 234-243.

¹⁰ DANTAS, Marcos. Capitalismo na Era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. *Informação e globalização na Era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 221.

¹¹ BOXBERGER, Gerald e KLIMENTA, Harald. *As dez mentiras da globalização*. Tradução de Inês Antônio Lohbauer. São Paulo: Aquariana, 1999. p. 20.

baratas. Não há, portanto, um padrão de distribuição espacial definido. A localização de cada etapa produtiva depende dos seus custos relativos.¹²

Em face do fracionamento da cadeia produtiva, as empresas transnacionais possuem o montante de seus ativos e de seus resultados descentralizados e no exterior. O que é possível graças à mobilidade global do capital, e permite que os resultados econômicos das unidades sejam remetidos à matriz, reinvestidos em novas unidades produtivas onde se mostrar mais vantajoso, ou ainda aplicados no mercado financeiro, de acordo com a política empresarial. Isso significa que os lucros advindos das atividades de produção não necessariamente se reverterão em investimentos locais.¹³

Segundo estudo recente realizado por James Petras¹⁴, são hoje quinhentas as empresas transnacionais consideradas mais importantes. Concentram seu poder em diferentes setores e mantêm o monopólio sobre o comércio varejista, o setor de tecnologia da informação, os meios de comunicação de massa e entretenimento, o setor militar-industrial, o de programas e serviços de informática e o financeiro. O autor afirma que 91% dessas empresas são de nacionalidade norte-americana, europeia e asiática; sendo que 73% desse total encontram-se na esfera de poder configurada pelos Estados Unidos e Europa. América Latina, África e Oriente Médio dividem entre si o controle de 9% das principais empresas do mundo, o que representa onze das quinhentas mais importantes. Esses números evidenciam alta concentração do poder econômico em regiões muito específicas, o que gera, entre outras distorções, relações comerciais desequilibradas.

Isso porque, como visto anteriormente, empresas e redes de empresas são as verdadeiras unidades de produção e comércio. Desse modo, empresas transnacionais e suas redes vinculadas, ao mesmo tempo em que globalizam a produção, influenciam na expansão do comércio global. Além da própria exportação de manufaturas e serviços para mercados consumidores do mundo inteiro, o comércio intraempresas é responsável por singular mobilidade de produtos e serviços através de todo o globo.

Feitas explanações acerca da organização global da produção, do comércio e do consumo, e do relevante papel desempenhado pelas empresas transnacionais em todos

¹² DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 49.

¹³ CARVALHO, Getúlio. *Multinacionais: os limites da soberania*. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

¹⁴ PETRAS, James. *Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo*. Tradução de Eleonora Frenkel Barreto. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. p. 7-24.

estes processos, passa-se a focar o aumento no volume do comércio, considerando, a partir da nova dinâmica organizacional da economia (global), a inclusão de países e regiões em suas redes.

1.2 A INCLUSÃO ECONÔMICA DE PAÍSES E REGIÕES

Dados que registram o volume do comércio no período pós-guerra demonstram o significativo crescimento do comércio internacional ao longo dos anos, na segunda metade do século XX. Se em 1950 as exportações mundiais equivaliam a 7% da produção mundial, na década de 1990 esse número chegou a 17%.¹⁵ E em 1997, as estimativas eram de que a proporção das exportações sobre a produção mundial variava entre 18,6% e 21,8%.¹⁶

Nesse contexto, interessa observar uma tendência específica verificada no quadro evolutivo do comércio internacional, qual seja, o seu deslocamento em proporção crescente para os países em desenvolvimento, conquanto permaneça predominante a participação dos países desenvolvidos.¹⁷

Em 1970, o comércio entre economias desenvolvidas alcançava 62,1% do total mundial, enquanto a relação comercial entre economias em desenvolvimento atingia a proporção de 3,3%. As trocas entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento nesse mesmo ano representavam 30,6% do total comercializado. Desse período em diante, mudanças podem ser observadas. Em 1975, o comércio entre economias em desenvolvimento sobe para 7,2%, e as trocas entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento crescem, representando 38,4% do total mundial. Ainda, em 1980, registra-se um pequeno crescimento da participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Durante o período compreendido entre 1985 e 1995, a proporção do comércio entre economias em desenvolvimento mantém-se praticamente a mesma, ao passo que as trocas entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento diminuem, chegando a 33,4%. Após esse período, uma nova alta na participação dos países em desenvolvimento volta a ser registrada, com índices de comércio entre países em desenvolvimento chegando a 14,1%. Da mesma forma, as relações comerciais entre

¹⁵ OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações comerciais globais e o império dos mercados mundiais. In: DAL RI JÚNIOR. Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de (Org.). *Direito Internacional Econômico em expansão: desafios e dilemas*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003. p. 928.

¹⁶ CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1. p. 148.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

economias desenvolvidas e em desenvolvimento se elevam, representando 37,7% do total mundial.¹⁸

Os índices demonstram que os países em desenvolvimento foram se inserindo de forma mais significativa nas relações de comércio global. Nesse cenário, a globalização promove progresso econômico, e isso não deve ser desconsiderado. A liberalização do comércio, a abertura dos mercados e a difusão da tecnologia permitem que países e regiões se incluam na rota do comércio mundial, o que reflete, em algum aspecto, na melhora da qualidade de vida de parte de seus habitantes. Em síntese, a promoção da economia a uma escala global não é por si só prejudicial e pode gerar resultados positivos.

Contudo, apesar da inserção mais significativa dos países em desenvolvimento, o comércio internacional, tanto de bens como de serviços, permanece concentrado nas economias desenvolvidas. Em 1997, os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que representam tão somente 19% da população mundial, concentraram 71% do total das exportações de bens e serviços. Além do mais, transformações setoriais que vêm acompanhando a expansão do comércio mantêm esse predomínio. Na Era da informação e do conhecimento, o desequilíbrio comercial se amplia, caracterizado “por um padrão de distribuição desigual de conhecimentos e tecnologias entre os países e as regiões do mundo.”¹⁹ Consequentemente, a participação no comércio divide-se entre países e regiões que comercializam bens com alto valor agregado, e que tão somente exportam matérias-primas. Nesse panorama, o intercâmbio de bens de alta e média tecnologia, ou seja, que requerem altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, representava, em 1996, uma fatia de mais de 50% do comércio global. Enquanto produtos primários e de baixa tecnologia representavam, respectivamente, a parcela de 13% e 18% do comércio global.²⁰ Nessas condições, Castells conclui que “a orientação para fora de uma economia não garante seu desenvolvimento. Tudo depende do valor daquilo que a economia é capaz de exportar.”²¹

¹⁸ Ver tabela indicativa da direção das exportações mundiais entre 1965 e 1995. In: Idem, p. 150.

¹⁹ Idem, ibidem.

²⁰ Ver gráficos em: Idem, p. 149.

²¹ Idem, p. 150.

Dessa forma, num cenário global marcado por avanços tecnológicos sem precedentes, progressos técnicos, expansão da capacidade de produção e crescimento econômico, mantém-se profunda desigualdade entre países e regiões. Ademais, o desenvolvimento material gerado pela globalização está associado ao pagamento de excessivos custos sociais, pois sua dinâmica economicista de matriz neoliberal não permite o equilíbrio entre atividades econômicas e necessidades sociais.²² Assim, nos moldes atuais, a lógica perversa da inclusão é que ela própria gera exclusão.

2 RELAÇÕES GLOBAIS E EXCLUSÃO SOCIAL

No presente artigo, o tema da exclusão é abordado em sua dimensão econômica, considerando-a “em termos de privação material e acesso a mercados e serviços que garantam as necessidades básicas”²³. Nesse âmbito, o estudo se delimita no enfoque de dois aspectos: o primeiro, diz respeito ao mundo do trabalho, tendo em conta que se trata de um importante elemento de inserção social, e que as relações trabalhistas estão sendo remodeladas para atender às exigências do mercado, e o segundo, se refere ao aumento da pobreza global, reafirmando os profundos níveis de desigualdade na distribuição da renda mundial.

2.1 FLEXIBILIZAÇÃO NO ÂMBITO DO TRABALHO E DESEMPREGO ESTRUTURAL

O atual modelo de globalização vem provocando profundas mudanças no mundo do trabalho. Medidas que envolvem a flexibilização dos custos da mão-de-obra, da gestão dos recursos humanos, do tempo do trabalho e da legislação foram adotadas, desregulamentando as relações trabalhistas e liberalizando o mercado de trabalho. O excesso de rigidez, representado por normas que procuram garantir o trabalho seguro e a proteção do trabalhador, é considerado causa de desemprego, já que aumenta os custos da contratação e da manutenção do contrato de trabalho. Assim, a eliminação de

²² FALK, Richard. *La globalización depredadora: una crítica*. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Argentina: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002. p. 2-3.

²³ GACITÚA, Estanislao; SOJO, Carlos; DAVIS, Shelton. *Exclusión social y reducción de la pobreza en América Latina*. San José, C. R: FLACSO: Banco Mundial, 2000. Disponível em: <<http://wds.worldbank.org>>. Acesso em: 17 jun. 2009. p. 14.

“legislações protecionistas que distorcem o processo de livre negociação” no mercado de trabalho promoveria o aumento das possibilidades de emprego.²⁴

A mesma receita foi amplamente aplicada nas diferentes regiões do mundo e, conforme afirma Lauro Mattei, no que diz respeito à prevista expansão dos níveis de emprego, “os resultados mostraram-se bem aquém das expectativas e das necessidades. Ao contrário, em muitos casos o que se viu foi uma ampliação do desemprego, uma deterioração dos níveis salariais, além de um aumento acentuado do emprego informal.”²⁵

Antes que se dê continuidade ao desenvolvimento do tema, é pertinente a ressalva de que “o desemprego na nova ordem econômica mundial não constitui uma novidade”, pois se trata de um “fenômeno intrínseco ao processo de acumulação de capital.” A novidade, observa Marcio Pochmann, consiste na reação política ao desemprego: no fim da década de 1970, substituiu-se o compromisso com a defesa do emprego por políticas comprometidas com a baixa inflação.²⁶

No conjunto das sete principais economias capitalistas²⁷, por exemplo, o desemprego atingia taxas médias de menos de 3% do total da população economicamente ativa durante o período que compreende a década de 1950 e princípio da década de 1970, sendo que em 1970 o número de desempregados chegava a 7,2 milhões. Em 1975, porém, o panorama alterou-se abruptamente, subindo para 13,3 milhões e, desde então, o desemprego não cessou de evoluir rumo a taxas cada vez mais elevadas, atingindo 20 milhões em 1985 e 21,9 milhões em 1993.²⁸

Do mesmo modo, nos países do bloco socialista, é possível verificar a elevação das taxas de desemprego como resultado da aplicação do receituário neoliberal. Na transição para a economia de mercado, os programas de ajuste estrutural²⁹ promoveram

²⁴ MATTEI, Lauro. Globalização econômica e exclusão social: duas faces de uma mesma moeda. *Revista Economia-Ensaios*, Uberlândia, 16(2)/17(1). jul.-dez. 2001. p. 87-88.

²⁵ Idem, p. 89.

²⁶ POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 40-41.

²⁷ Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Japão, Inglaterra e Itália.

²⁸ POCHMANN, Marcio. Op. cit., p. 43.

²⁹ Trata-se de reformas que seguem um plano de estabilização econômica aplicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento, visando à retomada do crescimento econômico. Segundo os ditames dessas Instituições, a recuperação econômica exige severo corte nos gastos sociais, o que se concretiza mediante imposição de condicionalidades para a concessão de empréstimos. Ver: DE FAZIO, Marcia Cristina Puydinger. O FMI e as condicionalidades para a concessão de assistência financeira: meios para difusão das políticas

resultados claros e imediatos. Entre 1990 e 1995, a taxa de desemprego com base na população economicamente ativa alcança, nesses países, índices alarmantes. Na Albânia, por exemplo, passa de 10% em 1990 para 18% em 1995. Em países como a Bulgária, Eslováquia, Hungria e Polônia, as referidas taxas crescem ainda mais bruscamente, elevando-se de 2% para 17% na economia búlgara, de menos de 2% para 15% na eslovaca, também de menos de 2% para 12% na húngara e de pouco mais de 3% para 17% na economia polonesa.³⁰

E por fim, relativamente ao desemprego nos países que ocupam a periferia do sistema capitalista – asiáticos, africanos, latino-americanos e caribenhos –, Pochmann explica que realidades muito distintas são identificadas. Enquanto os asiáticos registraram baixas taxas de desemprego e os países africanos da região subsaariana e parte dos caribenhos apresentaram taxas elevadíssimas, a América Latina encontra-se numa situação intermediária.³¹

O não compromisso com a defesa do emprego na nova ordem econômica mundial consolidou o problema do desemprego estrutural, ou seja, uma forma de desemprego cujas causas estão na própria estrutura do sistema capitalista e não em situação conjuntural de crise econômica, e que leva à marginalização de um grande número de trabalhadores aptos ao trabalho.³² Surgem, então, os nichos de reserva de mão-de-obra. Muitas são as nações que dispõem de um contingente de mão-de-obra barata e desqualificada, contudo, essa situação é particularmente agravada nas economias em desenvolvimento. “Na tentativa de superar as condições de periferia do dinamismo mundial, estes países transformaram-se numa grande feira internacional de concorrência pelo oferecimento de mão-de-obra barata a custos decrescentes.”³³

Num cenário de globalização econômica, no qual mão-de-obra barata significa menores custos de produção, a enorme oferta em face da reduzida demanda garante a permanência de uma situação sempre precária e instável no mercado de trabalho, tendo em vista que a própria competição por tarefas mal remuneradas nivela por baixo os valores salariais e as condições de emprego. Ainda assim, essa é uma vantagem

neoliberais. *Estudos de Direito Internacional: anais do 6º Congresso Brasileiro de Direito Internacional*. Curitiba: Juruá, 2008. v. XIV. p. 37-45.

³⁰ POCHMANN, Marcio. Op. cit., p. 44.

³¹ Idem, p. 44-45.

³² OLIVEIRA, Odete Maria de. *Teorias Globais e suas revoluções: fragmentações do mundo*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005. v. 3. p. 227.

³³ POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e o caminho escolhido pelo Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 81.

comparativa das economias não desenvolvidas, pois, ao disporem de uma massa de trabalhadores empobrecidos e baratos, atraem para os seus territórios unidades industriais transferidas dos países desenvolvidos.³⁴

Verificando-se o custo da mão-de-obra na manufatura nos Estados Unidos e no México durante toda a década de 80 e até 1993, é possível constatar que, enquanto na economia norte-americana o salário real variou de US\$ 10 a 12 por hora, na mexicana oscilou entre pouco mais de US\$ 2 e US\$ 3 por hora. Salienta-se que, durante a maior parte do período pesquisado, de 1983 a 1991, o valor do salário real no México não chegou a US\$ 2. A mesma variação discrepante pode ser observada no custo da mão-de-obra no Japão e na China. Enquanto na economia japonesa o valor do salário real chegou a US\$ 1.500 por mês em 1980 e, numa curva ascendente alcançou os US\$ 3.000 em 1993, na China não ultrapassou US\$ 100 mensais durante todo o período.³⁵

Diante desse quadro, é importante ter em mente que o fenômeno da migração de unidades industriais para países da periferia do sistema capitalista em busca das reservas de mão-de-obra é um fator que, igualmente, contribui para o aumento do desemprego nos países de economia avançada, acabando por precarizar as condições de trabalho também nesses países.³⁶

Nos países que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o desemprego manteve-se em níveis elevados durante toda a década de 1990, atingindo a média de 7% da força de trabalho, o que representa algo em torno de 35 milhões de pessoas desempregadas. Na passagem do século, esses níveis se mantiveram e, mesmo naqueles países nos quais o crescimento econômico mostrou-se forte, o aumento dos níveis de emprego permaneceu lento. De fato, metade dos países da OCDE experimentou crescimento negativo do emprego em 2003. Esse cenário permaneceu até os anos de 2005 e 2006, quando se registrou queda no índice de

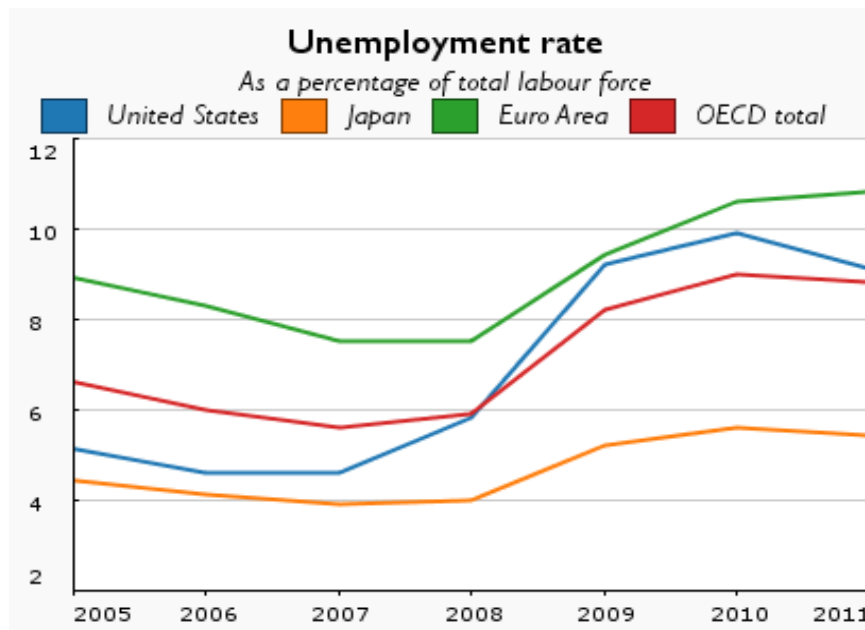
³⁴ CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999. p. 66-67.

³⁵ Ver tabelas indicativas do custo da mão-de-obra na manufatura. In: Idem, p. 83-84.

³⁶ "O desenvolvimento da manufatura nas *maquilas* e nas zonas de exportação, localizadas imediatamente ao sul do Rio Grande, na fronteira entre Estados Unidos e México, foi acompanhado, durante os anos 80, pelas demissões e pelo desemprego nos centros industriais dos Estados Unidos e do Canadá [...] Do mesmo modo, as transnacionais japonesas estão transferindo suas indústrias de manufaturas para a Tailândia ou as Filipinas, onde os trabalhadores podem ser contratados a US\$ 3 ou US\$ 4 por dia. O capitalismo alemão está se expandindo para além da Oder-Neisse, de volta a seu *Lebensraum* de antes da guerra. Nas linhas de montagem da Polônia, da Hungria e das Repúblicas Tcheca e Eslovaca, o custo do trabalho (da ordem de US\$ 120 mensais) é substancialmente mais baixo que o da União Européia." In: Idem, p. 71.

desemprego, chegando a 6,5% e 5,9% da força de trabalho, respectivamente.³⁷ Desse período em diante, porém, o desemprego volta a se elevar significativamente. Entre dezembro de 2007 e julho de 2009, a taxa de desemprego na área da OCDE passou de 5,8% para 8,1%. Nesse espaço de tempo, a situação em países como Irlanda, Espanha e Estados Unidos merece especial atenção. Em 2007, o índice na Irlanda chegava a 4,4%; no entanto, em julho de 2009, alcançou 12,5% da força de trabalho. A mesma variação abrupta pode ser identificada na Espanha, passando de 9,7% para 18,5%, o que a caracteriza como o nível mais alto na área da OCDE. Nos Estados Unidos, o desemprego atingia a taxa de 4,4% em 2007 e subiu bruscamente para 10% em 2009.³⁸ Atualmente, o emprego permanece relegado às margens do crescimento econômico. Segundo documento da OCDE de novembro de 2009, as taxas de desemprego continuarão crescendo até o ano 2011, tendo em vista que a recuperação econômica dos países da OCDE, após um contexto de crise financeira global, é ainda muito tímida para deter o contínuo aumento do desemprego.³⁹

Gráfico 1. Taxa de desemprego nos países da OCDE.



Fonte: Organization for Economic Co-operation and Development

³⁷ ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) *Employment Outlook – 1989-2008*. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

³⁸ ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) *Employment Outlook 2009*. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

³⁹ ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) *Economic Outlook nº 86, November 2009*. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

Em muitos casos, os empregos seguros perdidos são substituídos por atividades autônomas, serviços temporários ou trabalhos de meio período, com queda nos rendimentos dos trabalhadores. A informalidade é outra saída comum para as pessoas que perderam o emprego e necessitam manter sua renda; desempenhando tarefas à margem da regulamentação trabalhista, os trabalhadores informais não contam com qualquer proteção ou garantia de direitos. Nesse sentido, estudo do Banco Mundial aponta que na América Latina e no Caribe 56% dos postos de trabalho nas áreas urbanas são informais.⁴⁰

Ainda sobre a região da América Latina e Caribe, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) previu, em relatório de 2006, que o desemprego, a informalidade e a inatividade afetam o futuro laboral de 106 milhões de jovens. O relatório registrou o desemprego de 10 milhões de jovens, o que equivale a 16% da força de trabalho entre 15 e 24 anos, e verificou-se que 30 milhões são trabalhadores informais e outros 22 milhões não trabalham nem estudam.⁴¹

Diante desse cenário, a perspectiva é de que cada vez mais o mundo se aproxime da fórmula 20 por 80. Um padrão segundo o qual no século XXI, 20% da população apta ao trabalho bastará para manter o ritmo da economia mundial. Quanto aos demais, passam a se caracterizar como mão-de-obra adicional.⁴²

Nessas condições, o trabalho passa a ser a própria expressão da vulnerabilidade social e não mais uma garantia contra ela. A “inutilidade social de grandes camadas de trabalhadores é, sem dúvida, a nova face da exclusão.”⁴³

⁴⁰ WORLD BANK. *Informality in LAC – A Barrier to Growth and Social Welfare*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

⁴¹ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO) *Unemployment, informality and inactivity menace young people in Latin America and the Caribbean*. Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

⁴² MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. Tradução de Waldtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz. 5. ed. São Paulo: Globo, 1999. p. 10.

⁴³ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 298.

2.2 Desenvolvimento material e pobreza global⁴⁴

O atual modelo de globalização também vem produzindo um novo tipo de pobreza. “Trata-se de uma pobreza pervasiva, generalizada, permanente, global”⁴⁵, que revela profunda desigualdade na distribuição da renda e uma contrastante acumulação de riquezas. Embora no contexto atual a promoção do crescimento econômico seja percebida como crucial para a redução da pobreza, o que se verifica, contraditoriamente, é sua notória expansão em meio à abundância.

Os programas de ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países em desenvolvimento se apresentaram como notáveis instrumentos de globalização da pobreza. Na década de 1980, o Fundo passou a vincular a concessão de ajuda financeira a um programa de reformas econômicas, pois, para essa Instituição, o recurso à ajuda externa representa problemas de desequilíbrio na balança de pagamentos, de desestabilidade monetária e queda na confiança dos credores, os quais devem ser corrigidos para que o país possa retomar o caminho do crescimento econômico.⁴⁶ Além disso, a fim de que esse programa de reformas, também denominado programa de ajuste estrutural, efetivamente se cumpra, faz-se uso das condicionalidades que, entre outras medidas, limitam a realização de políticas públicas e produzem cortes nos gastos sociais.⁴⁷

Na visão do Fundo, o uso das condicionalidades fomenta a identificação dos países com políticas sólidas e eficazes. No entanto, sob outro ponto de vista, por meio delas, o FMI não apenas impõe a adoção de políticas neoliberais como também se

⁴⁴ O estudo sobre a pobreza global baseia-se em dados do Banco Mundial. Tem-se consciência da limitação metodológica no que tange à mensuração dos seus índices, não obstante, esses dados permitem registrar, de certa forma, níveis extremos de desigualdade e pobreza no mundo. Ver sobre o assunto em: MATTEI, Lauro. *Pobreza na América Latina: heterogeneidade e diferenças intra-regionais*. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br>>. Acesso em: 29 out. 2009.

⁴⁵ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 72.

⁴⁶ MELO, Andréa Sabbaga de. *O Brasil, a dependência e o Fundo Monetário Internacional: perspectiva crítica à luz das cartas de intenções do governo de Luiz Inácio Lula da Silva*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2006. p. 71-72.

⁴⁷ Ver: INTERNATIONAL MONETARY FOUND (IMF). *What is "conditionality" and why is it necessary?* Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

investe de poderes de vigilância, fiscalização e inspeção do funcionamento das economias nacionais, de modo a coibir qualquer incursão na liberdade de mercado.⁴⁸

Essa mesma receita é aplicada em muitos e distintos países e, embora o Banco Mundial reconheça que a implementação dos programas de ajuste gera impactos sociais, permanece apontando a promoção do crescimento econômico como o mais significativo fator para a redução da pobreza. De acordo com o seu entendimento, boas políticas macroeconômicas, que pressupõem disciplina orçamentária e controle da inflação, combinadas com políticas setoriais relevantes e apropriada alocação dos gastos públicos fornecem o ambiente favorável para um crescimento econômico sustentado. Com base nessa perspectiva, examinou o impacto social dos programas de ajuste implementados em 53 países durante 1980 e 1993, e concluiu que em 2/3 deles a avaliação é satisfatória, indicando que as políticas corretivas alcançaram os seus objetivos. No que concerne à pobreza, o relatório informa que o impacto do crescimento econômico sobre a sua redução variou entre os países, e somente em 60% daqueles onde se registra redução da pobreza também há registro de redução na desigualdade de renda.⁴⁹

Outros indicadores do Banco Mundial a respeito da distribuição da renda no mundo em 1993 apontam que os países ricos, nos quais se concentram 14,8% da população mundial, detêm 78,5% do total das riquezas geradas. Enquanto os 21,5% restantes são repartidos entre 85,2% da população mundial. Além disso, a renda per capita nesses dois grupos de países mostra-se cerca de vinte vezes maior nos países ricos.⁵⁰

Posteriormente, no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001, apresentando dados referentes a 1998, o Banco Mundial constatou que 2,8 bilhões de pessoas sobrevivem com menos de US\$ 2 por dia e, desse total, 1,2 bilhão sobrevive em condições de miséria, com menos de US\$ 1 por dia. Trata-se de quase a metade da população mundial em condições subumanas. Ainda, num registro da distribuição geográfica da população que vive com menos de US\$ 1 por dia, concluiu que 43,5% encontram-se no Sul da Ásia, 24,3% na África Subsaariana, 23,2% no Leste da Ásia e

⁴⁸ SOUZA, Vinicius Menandro Evangelista de. *A influência das políticas neoliberais do FMI ao novo regime de insolvência empresarial brasileiro*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2007. p. 65-68.

⁴⁹ WORLD BANK. *The Social Impact of Adjustment Operations: an overview*. Report n. 14776. jun. 1995. p. 7-19.

⁵⁰ Ver: CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999. p. 31.

Pacífico, 6,5% na América Latina e Caribe, 2,0% na Europa e Ásia Central e 0,5% no Meio Oeste e África do Norte.

A carência persiste, confirma o relatório, muito embora as condições materiais tenham melhorado expressivamente no último século em comparação a toda história da humanidade.

O constante aumento da pobreza decorre da distribuição significativamente desigual dos ganhos materiais gerados. Em 1998, a renda média nos vinte países mais ricos é 37 vezes maior, em média, em comparação aos vinte mais pobres. O relatório também apontou que a redução da pobreza varia de acordo com a região: enquanto na Ásia Oriental o número de pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia caiu de 420 milhões em 1987 para cerca de 280 milhões em 1998, na África Subsaariana, na Ásia Meridional e na América Latina⁵¹, o número de pobres aumentou de forma ininterrupta. Já, nos países do Leste Europeu e da Ásia Central, esse número aumentou vinte vezes entre 1987 e 1998.

Mattei observa que se for considerado o total da população mundial, houve redução no número de pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia, passando de 28,5% em 1987 para 26,2% em 1998. Não obstante, “em termos absolutos, a pobreza aumentou, uma vez que a população mundial cresceu, no mesmo período, de 5 bilhões de pessoas para aproximadamente 6 bilhões de pessoas.”⁵²

Desse modo, os dados comprovam que a geração de riquezas não vem revertendo-se em melhora da qualidade de vida, mas sim exacerba condições de privação em todas as partes do mundo.

Diante dessa constatação, o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2008 prioriza a agricultura como meio de reduzir a extrema pobreza e a fome no mundo.⁵³ De acordo com o Banco Mundial, ela constitui a base para o crescimento econômico e, conseqüentemente, para a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Num primeiro momento, esse seria um caminho viável se o incentivo à produção agrícola visasse alimentar a população empobrecida e faminta desses países. Não é essa, no entanto, a indicação do Relatório. A produção deve ser modernizada e voltada para os

⁵¹ Em recente trabalho, Mattei discute o panorama da pobreza na América Latina para o período de 1980 a 2007. Ver: MATTEI, Lauro. *Pobreza na América Latina: heterogeneidade e diferenças intra-regionais*. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br>>. Acesso em: 29 out. 2009.

⁵² Ver: MATTEI, Lauro. Globalização econômica e exclusão social: duas faces de uma mesma moeda. *Revista Economia-Ensaios*, Uberlândia, 16(2)/17(1). jul.-dez. 2001. p. 77-101. p. 96.

⁵³ WORLD BANK. *World Development Report 2008: Agriculture for Development*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

contemporâneos mercados de alimentos a fim de proporcionar o crescimento econômico com o qual se reduzirá a pobreza e a fome. É possível, então, visualizar a promoção do agronegócio voltado à exportação, em detrimento dos pequenos produtores rurais. E também, a firme convicção de que alimento deve ser tratado como mercadoria, cuja finalidade é a geração de lucro.

Conhecendo os ditames desse relatório, é pertinente retomar o tema do comércio global. Verificou-se anteriormente que, enquanto a exportação de produtos primários representa 13% do comércio, o intercâmbio de bens de alta e média tecnologia alcança mais de 50%, o que mantém a concentração das riquezas geradas. Dessa forma, ainda que se faça um esforço para compreender as boas intenções dos termos do relatório, a promoção da agricultura, mesmo que modernizada e voltada para os contemporâneos mercados de alimentos, manterá profundos os níveis de desigualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É oportuno, neste ensejo, tecer algumas reflexões acerca da temática trabalhada, com o objetivo de manter o espaço aberto para novas indagações e estudos, mais do que apresentar ideias conclusivas.

O fenômeno da globalização, em sua fase atual, não se revela como tendência genuinamente maléfica para as sociedades em geral, ao contrário, carrega consigo potencialidades para garantir o bem-estar da humanidade e do planeta. A questão que se coloca, porém, é como, apesar da inédita capacidade para gerar riquezas, o ser humano continua permitindo a perpetuação da pobreza e da exclusão, que atinge, basicamente, 1/3 da população mundial.

Poder-se-ia pensar que a solução seria retirar de cena o mercado e o capital, afinal, são os responsáveis pela manutenção das condições de desigualdade. Não parece, no entanto, ser essa a melhor solução.

Também seria possível encontrar a solução num processo reconciliatório entre o funcionamento da economia global e o bem-estar dos povos. Nesse sentido, trata-se de preservar os efeitos positivos do processo de globalização, porém, procurando regular as consequências sociais adversas. Essa hipótese parece um ideal inatingível e, em certo aspecto, o é.

A verdade é que a restauração de qualquer equilíbrio depende mais da percepção dos indivíduos acerca das necessidades de seus semelhantes, do que da figura do Estado que, em ambas as possíveis formas de solução, se faria presente. No mais, tirando essa percepção apenas podemos esperar por soluções precárias e conjunturais, à espera do próximo grupo que exercerá o seu poder sobre os demais.

REFERÊNCIAS

BOXBERGER, Gerald e KLIMENTA, Harald. *As dez mentiras da globalização*. Tradução de Inês Antônio Lohbauer. São Paulo: Aquariana, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. v. 1.

CARVALHO, Getúlio. *Multinacionais: os limites da soberania*. Rio de Janeiro: FGV, 1977.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. Tradução de Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.

DANTAS, Marcos. Capitalismo na Era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In: LASTRES, Helena M. M.; ALBAGLI, Sarita. *Informação e globalização na Era do conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 216-261.

DE FAZIO, Marcia Cristina Puydinger. O FMI e as condicionalidades para a concessão de assistência financeira: meios para difusão das políticas neoliberais. *Estudos de Direito Internacional: anais do 6º Congresso Brasileiro de Direito Internacional*. Curitiba: Juruá, 2008. v. XIV. p. 37-45.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FALK, Richard. *La globalización depredadora: una crítica*. Tradução de Herminia Bevia e Antonio Resines. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.

GACITÚA, Estanislao; SOJO, Carlos; DAVIS, Shelton. *Exclusión social y reducción de la pobreza en América Latina*. San José, C.R: FLACSO: Banco Mundial, 2000. Disponível: < <http://www-wds.worldbank.org>>. Acesso em: 17 jun. 2009.

INTERNACIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO) *Unemployment, informality and inactivity menace young people in Latin America and the Caribbean*. Disponível em: <<http://www.ilo.org>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FOUND (IMF). *What is "conditionality" and why is it necessary?* Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. Tradução de Waldtraut U. E. Rose e Clara C. W. Sackiewicz. 5. ed. São Paulo: Globo, 1999.

MATTEI, Lauro. Globalização econômica e exclusão social: duas faces de uma mesma moeda. *Revista Economia-Ensaio*, Uberlândia, 16(2)/17(1). jul.-dez. 2001. p. 77-101.

_____. *Pobreza na América Latina: heterogeneidade e diferenças intra-regionais*. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br>>. Acesso em: 29 out. 2009.

MELO, Andréa Sabbaga de. *O Brasil, a dependência e o Fundo Monetário Internacional: perspectiva crítica à luz das cartas de intenções do governo de Luiz Inácio Lula da Silva*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Relações comerciais globais e o império dos mercados mundiais. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI JÚNIOR. Arno (Org.). *Direito Internacional Econômico em expansão: desafios e dilemas*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003. p. 843-951.

_____. *Relações Internacionais: estudos de introdução*. Curitiba: Juruá, 2001.

_____. *Teorias Globais e suas revoluções: fragmentações do mundo*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2005. v. 3.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE) *Employment Outlook – 1989-2008*. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). *Employment Outlook 2009*. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). *Economic Outlook nº 86, November 2009*. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 21 nov. 2009.

PETRAS, James. *Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo*. Tradução de Eleonora Frenkel Barreto. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e o caminho escolhido pelo Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Ângela Moulin Penalva. Globalização econômica e financeira na América Latina: a inserção das economias latino-americanas na nova ordem econômica. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). *Seminário Internacional globalização na América Latina: integração solidária*. Brasília, 1997. p. 51-98.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, Vinicius Menandro Evangelista de. *A influência das políticas neoliberais do FMI ao novo regime de insolvência empresarial brasileiro*. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, 2007.

WORLD BANK. *Informality in LAC – A Barrier to Growth and Social Welfare*. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

WORLD BANK. *The Social Impact of Adjustment Operations: an overview*. Report nº 14776. jun. 1995. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 22 nov. 2009.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *Marrakesh Agreement Establishing the World Trade Organization*. Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *Understanding the WTO: Members and Observers*. Disponível em: <<http://www.wto.org>>. Acesso em: 20 nov. 2009.